



## **Ação Comunicativa na sociedade informacional: da transferência à socialização de conteúdos significativos<sup>1</sup>**

Aline BRANDÃO<sup>2</sup>  
Washington MEDEIROS<sup>3</sup>  
Universidade Estadual da Paraíba, PB

### **RESUMO**

Aborda a informação diante de um novo modelo de produção, acesso e uso, que a torna um fenômeno imprescindível à construção do conhecimento. Compreende a informação a partir da teoria dual da sociedade de Habermas. Redimensiona o caráter pragmático e tecnicista de transferência da informação para uma dimensão de socialização da informação. Parte da hipótese de que os domínios do mundo sistêmico orientam a idéia de transferência da informação em detrimento da concepção de socialização de conteúdos informacionais. Conclui que a concepção clássica de transferência informacional parecer distanciar os conteúdos significativos da informação do lócus ampliado, substantivo e dinâmico do mundo vivido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade informacional; Transferência da informação; Socialização da informação; Mundo sistêmico; Mundo vivido.

### **1 INTRODUÇÃO**

Desde a Revolução Industrial, a sociedade parece teleguiar-se pela supremacia da técnica como a ideologia central, cujas diretrizes de reprodução do dinheiro e do poder buscam comandar as relações sociais. Por essas vias, o pragmatismo intenta controlar o caráter funcional do saber, servindo como plataforma que converge a instrução do conhecimento em interesses particulares.

Nas dimensões ideológicas da Ciência da Informação, o predomínio do caráter pragmático (ideológico) e tecnicista (prático) torna-se evidente, uma vez que a tradição impõe modelos de tratamento e transmissão da informação como bem materializado por trocas dinâmicas, limitando o sujeito comunicativo e privilegiando os processos técnico-matemáticos de transferência. Nesse processo, a informação é enquadrada como um

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Arquivologia da UEPB-PB, email: [alini\\_cb@hotmail.com](mailto:alini_cb@hotmail.com);

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Arquivologia da UEPB-PB, email: [washi\\_med@yahoo.com.br](mailto:washi_med@yahoo.com.br)



conjunto de dados passível de ser tratado em suportes definidos que servem de matéria-prima para o movimento calculado da transferência, buscando subsidiar sistemas de acesso e uso cada vez mais eficientes às estratégias de interesses finalistas.

Desse modo, a “pragmática informacional” corrobora e, ao mesmo tempo, é gerada pela idéia de transferência informacional, fundamentado nos princípios das ciências empíricas e suas dimensões estáticas entre sujeito-objeto, explicadas através de esquemas e representações de causa/efeito.

Considerando, pois, as dimensões dessas circunstâncias, a pesquisa articula-se com uma abordagem qualitativa, do tipo exploratória, assumindo uma dimensão teórica, que objetiva uma reavaliação da abordagem de transferência informacional, cuja força da tradição dificulta entender a informação como “alicerce” do processo de socialização da informação.

Assim, a socialização da informação emerge como uma possibilidade de contribuir à construção simbólica de verdades, saberes e fazeres entre os sujeitos e com o mundo. Nesse processo, o sujeito está em constante reformulação de sua identidade, tornando-se capaz de reconhecer suas necessidades informacionais e desenvolver suas competências humanas (cognitivas, afetivas, psicológicas, etc), mediante a criação de seus próprios processos comunicativos que, no processo de socialização, torna a informação um elo significativo para a formação de conhecimentos possíveis.

Nessa perspectiva, em oposição às tradições sistêmicas, a socialização da informação idealiza-se como uma “práxis” que transpõe o processo de transferência, além de contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento reflexivo do sujeito, constituído pelas inter-relações entre o eu (personalidade), as normas postas (sociedade) e os valores ético-morais (cultura).

Diante desse contexto, este trabalho possibilita repensarmos a linearidade da transferência informacional em relação às dimensões interativas da socialização informacional a partir da Teoria da Ação Comunicativa (TAC) de Jürgen Habermas, principalmente a teoria da sociedade. O estudo lançou-se no entendimento de como esse construto teórico pode ajudar-nos a revitalizar o conceito de transferência da informação por socialização da informação, partindo da seguinte indagação: como entender o conceito de transferência/socialização informacional a partir da TAC? Com base nisso, a pesquisa partiu da seguinte hipótese: os domínios do mundo sistêmico orientam a idéia de transferência da informação em detrimento da concepção de socialização de conteúdos informacionais.



## **2 A INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DUAL DA SOCIEDADE: ENTRE O MUNDO VIVIDO E O MUNDO SISTÊMICO**

Buscando romper com a filosofia da consciência e superar as crises da sociedade moderna, Habermas constrói uma teoria tomando por base o conceito dual de sociedade, referindo-a como mundo dos sistemas e como mundo da vida, duas esferas coexistentes na construção social. Assim, o mundo sistêmico refere-se à “reprodução material”, isto é, dinâmica do desenvolvimento, regida pela lógica instrumental (adequação de meios a fins), incorporada nas relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia).

O mundo da vida, por seu turno, refere-se a um universo cooperativo de entendimento mútuo, em que os sujeitos, mediante relações intersubjetivas, chegam a consensos possíveis, trocam saberes, compartilham vivências, exercitam acordos e expressões significativas, mesmo sem ser necessário teorizar sobre tudo isso. Ou seja, o mundo vivido é uma base natural que abraça a todos desde o nascimento, conforme afirma o filósofo:

O mundo da vida constitui, pois, o contexto da situação de ação: ao mesmo tempo, ele fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação (HABERMAS, 1989, p. 167).

Esse contexto vital é o solo da práxis comunicativa, o “horizonte em que os agentes comunicativos se movem” (HABERMAS, 2001, p. 169). Constitui-se como “acervo” de auto-evidências organizado culturalmente e representado linguisticamente, resultado da vivência cotidiana, na qual os participantes utilizam elementos relevantes a uma dada situação.

Desse modo, esse horizonte constitui-se como saber pré-teórico, espaço espontâneo da linguagem orientada ao entendimento mútuo. É o palco onde os sujeitos se movem, onde ocorre o desencadeamento dos fenômenos, a fundamentação do pensamento natural e o enraizamento das vivências e saberes. Nele, os sujeitos são capazes de construir suas próprias “verdades”, posicionando-se diante de um contexto comunicativo comum (consensual), produzindo e recriando sentidos através de discussões dialógicas.



Como celeiro de convicções e evidências, o mundo vivido, constitui-se como “chão” onde ocorre o agir comunicativo<sup>4</sup>, é o lugar das interações mediadas linguisticamente, em que todos os participantes perseguem, mediante atos de fala<sup>5</sup>, fins ilocucionários<sup>6</sup> (HABERMAS, 2001). Nesse sentido, as ações interativas voltadas ao entendimento são próprias a fins que unificam e promovem a participação em igualdade, sem qualquer coerção, possibilitando que os participantes harmonizem entre si seus planos individuais de ação.

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente (HABERMAS, 1990, p. 72).

Enquanto no agir estratégico o êxito depende da influência calculada dos participantes sobre os outros e sobre a situação de ação, no agir comunicativo, os participantes, munidos de interpretações providas de seu acervo cultural, guiam-se por convicções comuns, perseguindo acordos intersubjetivos, e, ao mesmo tempo, reproduzindo seu lugar social e suas próprias identidades. Assim sendo, a ação comunicativa é “uma interação simbolicamente mediada segundo normas de vigência obrigatória que define as expectativas recíprocas de comportamento, [...] entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes. (HABERMAS, 1987), p. 57).

É percebendo a interação comunicativa enquanto fundamento intra-mundano, que Habermas relaciona o conceito de mundo da vida ao aspecto de socialização entre

---

<sup>4</sup> Habermas (2001) distingue manifestações distintas de ação, em função da coordenação de domínio das situações: normativa, dramática, teleológica (instrumental e estratégica) e comunicativa. A ação *normativa* é racional e regulada por normas, referindo-se a orientação das ações de um determinado grupo social de acordo com seus valores comuns. A ação *dramática* apóia-se na relação impressionista em que o “ator” se põe em cena para convencer determinado público. Na ação *teleológica* o ator persegue determinado fim ou estado desejado erigindo, numa dada situação, meios que ofereçam perspectivas de êxito, aplicando-os de forma adequada. A ação teleológica pode ser *instrumental* – caracterizada pela interação não social, especializa as orientações de ação em termos de competência pelo dinheiro e pelo poder e coordena as decisões através de relações de mercado ou de relações de dominação; ou *estratégica* – os atores, orientados ao sucesso, influem externamente sobre as decisões e motivos de outros. A ação *comunicativa* é uma “interação simbolicamente mediada”, que se orienta segundo normas definidoras das expectativas recíprocas de comportamento social, entendidas e aceitas pelos sujeitos. Trata-se de uma ação social fundamentada na mútua cooperação, mediada pela linguagem, na qual participantes compreendem-se sobre algo no mundo.

<sup>5</sup> Habermas apresenta a distinção entre o falar e o agir, ou seja, entre as “ações em sentido estrito”, como atividades desenvolvidas para atingir um propósito sem intervenção lingüística, e os “proferimentos lingüísticos como atos”, ou atos de fala, como ações lingüísticas voltadas para o entendimento com o outro.

<sup>6</sup> Tem-se fim ilocucionário quando a pretensão do falante é transmitir o sentido do que é dito e chegar a algum acordo sobre esse sentido.



os sujeitos, como meio sociocultural de uma ação comunicativa, cujas interações são regidas por normas e mediadas linguisticamente. Para isso, evidencia a força da socialização como reconhecimento da participação intrínseca do sujeito na sociedade.

Nessa perspectiva, a ação comunicativa oportuniza processos de interação em que os sujeitos se entendem entre si, possibilitando a renovação do saber cultural, a integração social e a formação de identidades pessoais, reproduzindo contínua e simultaneamente as estruturas simbólicas do mundo da vida: cultura, sociedade e personalidade. Assim, Habermas (2001, p. 196), define;

Chamo cultura o acervo do saber, em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entenderem-se sobre algo no mundo. Chamo sociedade as ordenações legítimas através das quais os participantes na interação regulam suas pertencas a grupos sociais, assegurando com isso a solidariedade. E por personalidade entendo as competências que convertem a um sujeito em capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam para tomar parte em processos de entendimento e para afirmar neles sua própria identidade.

É sob(re) estas estruturas, grandezas distintas, mas que ao mesmo tempo entrecruzam-se e se correlacionam, que podemos entender o sujeito comunicativo, fruto dos processos de socialização e de aprendizagem aos quais está submetido no contexto do mundo da vida.

Nesse lócus de interação intersubjetiva linguistizada, a informação pode tornar-se expressão e representação simbólica da linguagem, assumindo uma ancoragem sócio-cognitiva, atrelando as inter-relações entre a personalidade, a sociedade e a cultura, isto é, uma configuração que permite a abertura de múltiplas perspectivas sobre o mundo.

Silva (2006, p. 150), entende informação como sendo:

[...] conjunto estruturado de representações emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada.

Nessa acepção, a informação, quando associada a processos de interação voltada ao entendimento, apresenta-se como o fundamento que pode propiciar a reflexão sobre as expectativas prévias e a relações com o mundo, contribuindo, também, para que ego e alter estabeleçam ensaios processos de argumentação.



É nessa condição imanente, que o fenômeno da informação, fundando sobre dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais, determina novos apontamentos para a criação/ inovação do conhecimento na chamada sociedade informacional. Além disso, também substancia o agir comunicativo, quando configurada como “lócus” motivador de convicção e gerador de consenso entre os participantes de processos interativos, visto que reflete os enredos culturais, a normatividade definidora das relações interpessoais e a formação identitária estruturante do mundo social da vida.

No entanto, na atual conjuntura, é possível notar que os usos e acessos da informação desvirtuam seus aspectos inerentes, na medida em que encontram-se norteados por modelos sistêmicos e estratégicos de organização. Os imperativos sistêmicos (dinheiro e poder) comandam e subordinam os sujeitos informacionais a um complexo conjunto de normas e regras de ordem instrumental, devidamente formalizado e sistematizado, reflexo do conhecimento guiado por interesses egocêntricos e individualistas, da ciência e técnica como ideologia, condições imanentes ao mundo sistêmico.

[o mundo sistêmico] se caracteriza pela organização estratégica econômica e política, onde impera a não linguagem, a não discussão, ou seja, é a macroestrutura na qual se organizam as formas de produção do capitalismo mecânico e instrumental (FIEDLER, 2006, p. 96).

Tais preceitos corroboram uma notável sobreposição dos sistemas sobre o mundo da vida, imperando a “não linguagem” e a “não discussão”, uma supremacia técnica, moldada e organizada estrategicamente a um determinado fim. Resultantes desse avultamento são as relações sociais comandadas por padrões coercivos, condicionando a participação do sujeito a ações instrumentais que “impõem [...] uma coordenação automática e independente de suas vontades, com crescente perda de liberdade” (OLIVEIRA, 2003, p. 73).

Assim, os sujeitos são impelidos à margem dos processos interativos, submetidos aos ditames normativos, e privados da possibilidade de questionar a equanimidade das normas que regem as relações sociais. São considerados apenas como peças de uma engrenagem mecânica e sistemática, úteis para cumprir fins de eficiência pré-determinados.

Nesse plano de mundo, a informação é tratada com produto de consumo, fundamental às ações estratégicas teleguiadas pela reprodução material do dinheiro e pelo fortalecimento regulador das forças dominantes. Assim sendo, a informação



assume características coercivas vinculadas a processos de institucionalização do poder que predomina sobre os valores culturais e ético-morais.

Nesse contexto, a informação torna-se sinônimo de dominação, ao mesmo tempo em que tende a anular a atuação dos contextos de comunicação interativa presentes no mundo da vida. Essa forma de “avanço” dos ideais sistêmicos e “subjugação” das esferas sociais é denominada por Habermas como colonização do mundo da vida. Processo pautado em ideologias cientificistas, coordenadas pela razão instrumental que tem se arraigado nos horizontes do mundo vivido.

Como conseqüências do processo colonizador surgem as deformações no âmbito normativo, objetivo e subjetivo. São as patologias da modernidade (HABERMAS, 2001) que, resultantes de mecanismos sistêmicos, afloram nas sociedades, gerando distorções na base comunicativa das relações interpessoais e intersubjetivas, tornando-se, portanto, uma ameaça a sobrevivência do mundo social da vida.

Isso incide também na dimensão informacional, em que “a linguagem natural é utilizada apenas como meio para a transmissão de informações” (HABERMAS, 1990, p. 71), valendo-se de fins técnicos e unidimensionais, e desprezando a interação dos sujeitos. Estes, afetados pelas alterações patológicas, são induzidos a aceitar convicções impostas como legítimas e válidas, dissimuladas por discursos eloquentes e promissores, mas que não passam de mecanismos submetidos aos padrões coercitivos dos sistemas unilaterais.

### **3 TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INTERESSE DE QUEM?**

Como visto anteriormente, a informação concebida sob perspectivas sistêmicas, pressupõe a orientação de fins estratégicos fundamentados no fortalecimento dos imperativos sistêmicos. Desse modo, “a informação é entendida como um produto fechado [transmitido] às pessoas dentro de um processo de comunicação pouco flexível” (MÁRDERO, 1997, p. 2) que desconsidera as necessidades individuais dos usuários.

Nesse sentido, percebemos que o processo de transferência ocorre pela simples troca de informações que, fundamentado num tratamento eminentemente técnico de avaliação quantitativa, tem considerado os usuários como artefato dos sistemas de informação. Úteis a identificações mecânicas, têm suas características medidas,



quantificadas e dispostas em arranjos estatísticos, designados a atender as necessidades de aperfeiçoamento dos processos informacionais, de maneira a deferir os preceitos regentes da sociedade dita “moderna”. Nesse sentido, os processos informacionais se realizam

[...] mediante centros de ‘processamentos de dados codificados’, organizados em regras formais que garantiram o acesso a um conteúdo impresso e elaborado principalmente para suportes materiais [...] que privilegia a armazenagem da informação em detrimento de seu uso (MIRANDA; SIMEÃO, 2004, p. 28-29).

Assim, a informação é tida como produto da comunicação, cuja transmissão centra-se num modelo estático e mecânico entre canais de comunicação e emissor. Nesse modelo os usuários são impelidos à posição de não-sujeitos, sendo-lhes conferida uma postura passiva frente ao moldes instrumentais ajustados à moderna economia de mercado. Considerados como meros “espectadores” do cenário comunicacional, servem apenas para identificar, entre outros fatores, a eficiência/ineficiência dos sistemas. Tais sujeitos tendem a ser regidos por uma racionalidade sistêmica, que os levam a uma condição alienada (ARAÚJO, 1998), mediada pela burocracia e pelo controle do poder instituído através do avanço do capitalismo.

Essa lógica capitalista coaduna-se às ideologias presentes no mundo sistêmico, fomentando exigências e produção aliada apenas à eficiência, e fazendo com que os instrumentos de busca e os sistemas de informação sejam elaborados de maneira unidimensional, visando cumprir fins técnicos e pragmáticos a um êxito pré-estabelecido.

Assim, a transferência da informação efetiva-se a partir do agir estratégico pelo qual, segundo o qual prevalece a influência recíproca, de modo a minimizar a interação comunicativa entre os sujeitos, adiando os possíveis acordos intersubjetivos. Envolvidos por esse agir, os sujeitos são condicionados a responderem às funcionalidades dos sistemas de transferência da informação, ficando assujeitados à estruturas fechadas que acabam por limitar o acesso e uso dos repertórios informacionais.

Prepondera, dessa forma, a eficácia na criação e efetivação de sistemas de busca e recuperação da informação, que desvirtuam os ensaios comunicativos e provocam a coisificação do usuário. Circunscrita a essa conjuntura, a linguagem passa a ser utilizada como meio para imposição de normas que mais reprimem a atuação dos sujeitos, e





menos promovem a coesão social. Imperam, pois, as convicções tecnicistas, norteadas por conhecimentos técnico-científicos que propagam um discurso retórico, preconizante da acessibilidade e satisfação do usuário, mas que de fato priorizam essencialmente o assentimento dos atuais ditames mercadológicos. É o auge da relação sujeito-objeto, característico das ações instrumentais que reduzem os sujeitos, condicionantes da necessidade informacional, à condição de “coisa” a ser medida e quantificada.

Contrária ao predomínio do interesse técnico e colonizador concebido pelo mundo sistêmico, a teoria habermasiana possibilita evidenciar considerações acerca do processo de transferência de informação, de maneira a considerar a informação enquanto resultado de enredos comunicativos, orientados por “[...] processos cooperativos de comunicação, que os atores participantes em uma situação de ação adotam como mola propulsora para as atividades interpretativas” (GAGLIARDI; BOUFLEUER, 2005, p. 7, grifo nosso). Dessa maneira, a informação assume sua função socializadora, assemelhando-se às perspectivas inerentes ao mundo da vida.

Assim, os estudos de Habermas nos permitem refletir sobre a necessidade de que os usos dos repertórios informacionais contribuam para a concretude reacionária do mundo da vida, de modo a estabelecer modalizações de intersubjetividade e de vínculo social, que propiciem a transferência da informação mediada por processos de interação com os sujeitos/usuários. Nesse sentido, a informação, enquanto fundamento argumentativo dos sujeitos, direciona-se ao esclarecimento social, contribuindo para o fortalecimento das estruturas simbólicas do mundo vivido, e não apenas como mero produto agregado aos interesses instrumentais voltados a eficiência do sistema.

Porém, para que isso se efetive é necessária a harmonia entre os sistemas de informação e os sujeitos usuários (mundos dos sistemas e mundo da vida), transformando a atual conjuntura em que as esferas do mundo vivido, onde deveria prevalecer ações consensuais, não sejam invadidas pelos “tentáculos” dos sistemas. Isso demanda uma guinada dos ideais preconizados pelo mundo da vida, no sentido de suscitar uma atitude reacionária, fazendo com que este possa ocupar seu espaço de atuação, colonizado e sufocado por diretrizes sistêmicas.

Desse modo, a concepção de transferência da informação, permeada por aspectos de socialização, poderá instigar o interesse de todos que pretendem construir uma sociedade socialmente coerente e racional. Nela, transitariam sujeitos mais atuantes, que assumem seu lugar intramundano e manifestam sua capacidade de fala e



ação dentro de uma dimensão de comunicação fornecedora de subsídios que os orientam à construção de preceitos adequados às suas necessidades.

Ancorados nos fios conceituais de Habermas sobre a sociedade em sua dualidade, podemos propor a revitalização da transferência da informação por socialização da informação que, associada aos pressupostos da teoria da ação comunicativa, pode promover possibilidades de integração e emancipação social. A socialização justifica-se, portanto, pela abordagem eminentemente social, evidenciando a construção, tratamento e divulgação de informações através de planos de ação concebidos mediante atitudes consensuais entre profissionais/sistemas e usuários. O fomento da prática cooperativa de comunicação mediante problematizações e discussões práticas incitará situações em que os sujeitos participantes possam adotar ações de auto-organização e entendimento mútuo.

#### **4 A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO “GUARDADORA DE LUGAR”**

A informação, enquanto resultante de uma ação interativa voltada ao entendimento mútuo, expressão e representação simbólica do médium lingüístico, firma(-se) (n)a dimensão comunicativa. Torna possível a participação do sujeito mediante “uma atitude performativa dos participantes da interação que coordenam seus planos de ação ao se entenderem entre si sobre algo no mundo” (HABERMAS, 2000, p. 414). Assim, por intermédio de processos cooperativos de comunicação, os sujeitos podem suscitar discussões racionais, garantindo a evolução social e material, equilibradas às exigências do meio, devidamente mediada pela relação equânime entre mundo da vida e mundo sistêmico.

Nesse contexto, a informação consolida seu lugar de atuação, como promotora do equilíbrio entre o mundo vivido e o mundo dos sistemas. Esse equilíbrio pressupõe a informação como formadora do conhecimento, pertencente a “[...] um sistema que tem que cumprir as condições de mantimento próprias dos mundos socioculturais da vida [mediante] relações de ações sistematicamente estabilizadas de grupos integrados socialmente” (HABERMAS, 2001, p. 15). Assim, como promotora de processos cooperativos, a informação, relacionada ao entendimento habermasiano de comunicação, converge à discussão sobre a concepção de socialização informacional,



oferecendo subsídios para orientar e reordenar as relações dos sujeitos com outrem e com o mundo.

Diante dessas relações, os participantes podem coordenar “suas ações através do reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica” (HABERMAS, 2001, p. 196), tornando-se capazes de reconhecer suas necessidades informacionais, explicitá-las e desenvolvê-las mediante uma análise crítica dos sistemas.

A socialização da informação permitiria ainda uma interação entre usuários e profissionais/sistemas de informação, de modos que estes atendam com maior precisão as necessidades daqueles. Isso implicará na “recriação” de seus próprios canais de comunicação, percebendo e tornando a informação um elo significativo à formação de conhecimentos possíveis.

Nessa acepção, a informação, como fenômeno predominantemente regido por processos de socialização, concebe sujeitos, cientes de sua participação nas relações interpessoais e intersubjetivas, cientes de que suas ações estão devidamente interrelacionadas com o mundo objetivo (verdades das afirmações dos sujeitos), mundo social (correção e adequação do sujeito as normas) e o mundo subjetivo (veracidade nas emissões dos sujeitos). Essa conscientização mana de discussões racionais e emancipatórias, tendo em vista que a evolução social é idealizada, e ao mesmo tempo concretizada por intermédio do diálogo entre sujeitos agentes e participantes, fundamentados em performances comunicativas de (re)construção sócio-cultural e educativa no mundo cotidiano.

Desse modo, a concretização da socialização da informação é imprescindível a coordenação de ações comunicativas, visto que tende a produzir situações de entendimento mútuo de modo a atender expectativas recíprocas. Desse modo, a socialização torna-se o alicerce para a instância da ação comunicativa, possibilitando o redimensionamento e consolidação das relações intersubjetivas nas unidades informacionais entre os sujeitos profissionais da informação e os usuários.

Assim sendo, a socialização da informação empreender-se-á na reunião de condições objetivas e subjetivas condicionantes de um discurso potencial entre os sujeitos envolvidos na gestação informacional. A promoção do diálogo intersubjetivo-argumentativo através da socialização permite redimensionar a posição dos espaços guardadores de informação, oferecendo possibilidades de ações interativo-informacionais calcadas no desenvolvimento de competências dos sujeitos envolvidos



nos processos de significação dos conteúdos. A socialização permite evidenciarmos os procedimentos e pressupostos da comunicação para formação democrática da opinião e da vontade, funcionando com escoadouro da racionalização discursiva, ao mesmo tempo em que promove a reprodução das estruturas simbólicas do mundo da vida.

Essa dimensão potencializadora da informação possibilitará que os sistemas e unidades informacionais, enquanto “vetores informacionais” (MORIGI; VEIGA, 2007, p. 36), não se restrinjam apenas aos fins técnicos, burocráticos e capitalistas, mas assumam a posição de espaços de interação, comprometidos com o desenvolvimento de competências subjetivas (cognitivas) e sociais (coletivas). Dessa maneira, suas ações informacionais propiciarão debates e reflexões consensuais mediados por convicções comuns entre profissionais e usuários da informação.

Destarte, é importante salientar que no contexto da socialização da informação o médium lingüístico é utilizado para promover a integração social, como “[...] fenômeno de socialização para sujeitos capazes de ação e fala” (HABERMAS, 1990, p. 101). Assim os sujeitos utilizam o entendimento lingüístico para coordenar ações cooperativas, compartilhando o mundo vivido e fortalecendo a idéia de socialização da informação na promoção da acessibilidade mediante a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo informacional. Isso significa que a socialização da informação pode contribuir ao fortalecimento da esfera pública, visto que, as unidades de informação poderão assumir seu lugar de espaço conveniente ao encontro de sujeitos imbuídos do ensejo de buscar o bem comum, sobre convicções comuns e argumentações criticáveis.

Portanto, a socialização da informação, enquanto “guardadora de lugar” da ação comunicativa é condição sine qua non para que unidades e sistemas de informação contribuam para o revigoração do mundo da vida. A socialização da informação “guarda” o lugar emancipatório porque promove a contínua relação dialética entre mundo da vida e mundo sistêmico, de modo a dirimir a tendência colonizadora que perpassa o desenvolvimento das sociedades. Propicia processos sócio-culturais e educativos no âmbito informacional e, portanto, promove a emancipação humana de profissionais da informação e usuários na medida em que seus fins voltam-se muito mais ao desenvolvimento das competências humanas, subjetivas e sociais.

A socialização da informação emerge como uma possibilidade de contribuir à construção simbólica de verdades, saberes e fazeres entre os sujeitos e com o mundo. Sugere, pois, o comprometimento com o desenvolvimento de competências subjetivas



(cognitivas) e sociais (coletivas), redimensionando os conteúdos significativos da informação no lócus ampliado, substantivo e dinâmico do mundo da vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das perspectivas sobre o fenômeno da informação a partir da Teoria da Ação Comunicativa, percebemos a riqueza das contribuições da filosofia habermasiana, considerando que é possível e necessária a construção de argumentos que ajudem a entender com maior completude os fenômenos sociais que, assim como a informação, determinam os complexos encadeamentos da contemporaneidade.

As discussões sobre aspectos pertinentes a informação contextualizada e os apontamentos construídos a partir da socialização da informação à luz da Teoria da Ação Comunicativa, parece-nos delinear novos horizontes para o processo de transferência da informação. Torna esse processo um resultado de interação entre sujeitos/usuários e sistemas, reordenando o sentido da informação como ação orientada ao entendimento das pessoas em suas várias dimensões de necessidades informacionais auto-evolutivas e transformadoras.

Desse modo, o sujeito assume uma posição emancipada diante das tradições impostas por vias de conceitos lineares e técnicos da informação. Há a construção de uma dimensão de interação do sujeito, em que a troca de saberes, além da postura crítica para entender e interpretar o mundo, permite o que Silva e Marinho Júnior (1996) chamam de “contexto comunicativo”, isto é, uma interação de produtores e usuários da informação constituindo um universo informacional mútuo e abastado em conhecimento.

Nesse sentido, repensamos a concepção do processo de transferência da informação, visto como a “[...] mudança de dados de uma área ou meio de armazenamento para outra área ou meio de armazenamento” (BARRETO, 2005, p. 1), para enxergar uma dimensão social e comunicativa de interação informacional “[...] no qual estejam presentes, de forma ativa e igualitária, tanto os produtores, como os usuários de informação” (ARAÚJO, 1998, p. 186). Concebe-se, dessa maneira, sistemas voltados à satisfação das necessidades dos sujeitos/usuários, de maneira que impere, não apenas a eficiência do sistema, mas também a eficácia no acesso e uso da informação disponibilizada.



Portanto, concluímos que, nesse cenário de interação proposto pelas matrizes da socialização da informação, as reflexões aqui expostas ajuda-nos na (re)construção de novos modelos para o processo de transferência da informação, considerando os sujeitos como importantes participantes na gestação da informação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais**. Brasília, 1998. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **Revista São Paulo em perspec.**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

FIEDLER, R. C. P. . A Teoria da ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, p. 93-100, 2006. Disponível em: [http://www.ung.br/revista\\_educacao/edicoes/01/cap\\_11\\_pg93.pdf](http://www.ung.br/revista_educacao/edicoes/01/cap_11_pg93.pdf) > Acesso em: 27 de ago. 2008.

GAGLIARDI, André de Oliveira; BOUFLEUER, José Pedro. **Concepções e Práticas em Relações Públicas: perspectivas de um Agir Comunicativo**. 2005. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.

\_\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Luis Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista**. v. 2, Madrid: Taurus: 2001.

MÁRDERO, Miguel Ángel. Workshop design de bibliotecas virtuais centrado no usuário: a abordagem do “sense-making” para estudo de necessidades e comportamentos de busca e uso de informação. In: SEMINÁRIO WORKSHOP, 1997, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São



Paulo, 1997. Disponível em: < <http://www.cg.org.br/gt/gtbv/artigo01.htm>.> Acesso em: 29 de fev. 2008.

MIRANDA, A. L. C.; SIMEÃO, Elmira. Transferência de Informação e Transferência de Tecnologia no Modelo de Comunicação Extensiva: a Babel.com. **Información Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, v. 10, n. 01, p. 27-40, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n10/n10a03.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2009.

MORIGI, José Valdir; VEIGA, Alexandre. A esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.17, n.2, p.31-39, maio/ago., 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pscib/index.php/pscib/article/view/766>>. Acesso em: 29 de nov. 2008.

OLIVEIRA, Adil Antônio Alves. **A competência comunicativa como telos para o agir pedagógico**. 2003, 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: Da compreensão do fenômeno e construção do conhecimento**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Junia Guimarães; MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa. Socialização da informação: aportes da teoria da ação comunicativa. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 466-472, set/dez.1996. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/475/434> >. Acesso em: 26 de ago. 2008.